

LIVROS

Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores
de Ângela Borba, Nalu Faria e Tatau Godinho (organizadoras)*

Movimento de mulheres: trajetória e desafios políticos

Renata Gonçalves**

Ao ler este livro, uma imagem esteve sempre presente: aquela de Domitila na tribuna da ONU em 1975. Lembram-se? Naquela época, para aquela mineira boliviana, não ficava nítido quais eram as ligações entre o feminismo e a luta de seu povo. De lá para cá, como essa relação feminismo-classes populares terá evoluído? Que trajetória fizeram até aqui? Quais foram os avanços, os erros? Enfim, quais as implicações sobre o papel que as mulheres têm hoje em nossa sociedade e, sobretudo, quais os desafios ainda a serem enfrentados?

Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores traz algumas reflexões suscetíveis de respostas às questões acima. Trata-se de uma coletânea que avalia a longa história das mulheres a partir da década de 70. Ao retomar esta história, as autoras mostram o estreito laço com o Partido dos Trabalhadores. Partem dos desafios que o movimento de mulheres enfrentou — e enfrenta — no confronto à naturalização da opressão das mulheres, ao mesmo tempo em que lutou — e luta — para conquistar espaços sobretudo no âmbito da política — o público por excelência, de onde foram excluídas.

Alguns eixos, no que tange à questão de gênero, dão sustentação ao livro: o feminismo, o movimento de mulheres, o PT, as políticas públicas e os desafios diante do neoliberalismo.

A ênfase inicial é dada à constituição do feminismo, dos movimentos de mulheres e do PT. Enquanto que as políticas públicas parecem ser resultado de sua ação política conjunta, o neoliberalismo surge como aquele que coloca em risco justamente as conquistas obtidas até aqui.

É consenso que o movimento feminista e o PT nasceram, no Brasil, num período de luta contra a ditadura e de reorganização popular e da esquerda. Nesse processo, a libertação das mulheres não poderia ficar ausente na construção do projeto político socialista a que o PT se propunha. O que estava em jogo era o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais e a compreensão dos conflitos da opressão de gênero no interior das classes sociais, a necessidade de combatê-la dentro das classes

* São Paulo,
Editora
Fundação
Perseu
Abramo, 1998.

** Mestranda
em Ciências
 Sociais na
PUC-SP e
membro do
Neils.

trabalhadoras. Tarefa nada fácil, na medida em que com a organização das mulheres iam surgindo problemas práticos para os “companheiros”, relacionados à própria divisão sexual das tarefas. Também as visões conservadoras no que tange ao feminismo não ajudaram muito. “Até hoje existe resistência diante da postulação de que a luta contra a opressão das mulheres não pode ser subsumida à luta de classes e a uma frágil compreensão da necessidade de organização própria e independente das mulheres” (1998: 20), dificuldade esta que o movimento feminista tem conseguido superar. Nesse sentido, podemos compreendê-lo, como propõe um dos artigos, como uma ação política das mulheres visando a transformar a si mesmas e ao mundo rompendo com a ilusão de um sujeito histórico único.

Se não existe um único sujeito histórico, também o feminismo não foi o único responsável pelas conquistas que as mulheres têm obtido, o que torna instigante sua apresentação, no livro, como uma das faces do movimento de mulheres. A outra face, seria aquela das mulheres das periferias urbanas, das comunidades rurais, dos sindicatos. E essas duas vertentes “se tocam, se entrelaçam, entram em contradição...” (1998:39), ora mobilizam mulheres dos bairros populares contra a alta do custo de vida ou pela luta por creches, ora pressionam os partidos a colocar em seus programas questões relativas às mulheres. O resultado desse trabalho conjunto, sobretudo com o espaço conquistado dentro do PT, salta aos olhos: a discussão acerca da tríade sexualidade-corpo-saúde da mulher, resulta do questionamento da vinculação entre maternidade e sexualidade; as questões relativas à violência doméstica, bem definida como um mecanismo de controle social através do adestramento de gênero; o polêmico tema, que envolve o Congresso Nacional, da descriminação/legalização do aborto que continua sendo assunto “tabu” mexendo com valores e preconceitos arraigados. E medidas concretas, como apontam os artigos, foram tomadas, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher — Paism — e as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher — DPDM, embora não tenha existido uma formulação global e programática no Estado brasileiro.

Outro ponto positivo desta coletânea é que, apesar de ser reconhecido o modo petista de governar como sendo aquele “que busca garantir o pleno exercício da cidadania reconhecendo a existência de desigualdades entre homens e mulheres no partido e na estrutura da sociedade” (1998: 178), isto não é um dado natural. Ao contrário, é resultado de muita luta contra a cultura machista no seio do partido. O “sexo do poder”, também no PT, utiliza o discurso de que as mulheres não estão preparadas para governar, para nele permanecer. O mesmo é aplicado à CUT, como exemplifica um dos textos. Se de um lado, existe o estranhamento de muitas mulheres com relação a esse ambiente masculino, de outro, “a organização das mulheres arranhou, em alguma medida, o modelo de trabalhador homem, branco operário, predominante no imaginário do movimento sindical” (1998: 214).

É constatado e analisado minuciosamente por algumas autoras, na esfera ampla da política, o crescente aumento da participação feminina, embora o preconceito continue grande, “afinal, nossos dicionários ainda registram prostituta como sinônimo de mulher pública, enquanto homem público é sinônimo de autoridade e político” (1998: 156). Outra novidade, em 1996, inspirada no que já existia desde 1991 no PT, foi a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições proporcionais.

Como a grande riqueza do livro é a autocrítica, não poderia deixar de ressaltar a participação das mulheres negras. Se o feminismo denunciou o modelo de político/trabalhador homem, branco, operário, ele não ficou impune. A imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada, resultado da dificuldade do próprio movimento em lidar com a diversidade (de classe, raça, etnia, orientação sexual, geração ou cultura), deixou às mulheres negras a responsabilidade pela discussão sobre o racismo. Assunto que, no Brasil, continua sendo tabu. Daí, a importância da luta anti-racista e da participação política das mulheres negras, desmascarando o racismo disfarçado (mas nem sempre, se considerarmos os últimos dados do IBGE!) que as transformam em subcidadãs.

O reconhecimento da diversidade — que implica na retomada do tema da igualdade/diferença, muito bem fundamentado no livro — é, portanto, um dos desafios postos ao movimento de mulheres (feminista e de mulheres, como já referido) e ao PT. Outro grande desafio, refere-se ao avanço do neoliberalismo. É bem verdade que os impactos da globalização e das políticas neoliberais não extinguiram, como se esperava, o trabalho doméstico. Ao contrário, ele tem “papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho” (1998: 59). Ironicamente, pode-se dizer que as mulheres levaram vantagem sobre os homens. Contudo, com um olhar mais atento, percebe-se que “o problema foi que a qualidade dos postos de trabalho tornou-se precária: flexibilização e desassalariamento” (1998: 61), acompanhados pelo estreito laço entre pobreza e chefia familiar entre as mulheres. A pobreza nunca foi tão feminina! O que está em jogo agora é “garantir os avanços obtidos e alcançar novos patamares no processo de fortalecimento das trabalhadoras como sujeito” (1998: 224).

Enfim, o último artigo do livro, ilustra o que foi a trajetória e o encontro entre a participação das mulheres, o movimento feminista e o PT. Trata-se de uma autobiografia. A autora, ao falar dela, fala das mulheres de sua comunidade, dos primeiros momentos de participação no Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina, dos momentos de descoberta de que eram exploradas porque apenas trabalhavam, obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho. Começou a militar e as implicações nas relações familiares surgiram, juntamente com a pergunta: “o que as mulheres estão fazendo fora de casa?” (1998: 227). Isso fez com que as relações de gênero fossem discutidas, passando pela discussão sobre o papel do público e do privado. Começaram a questionar aquilo que até então era tido como natural.

A relação com o PT nasceu logo. Foi a primeira agricultora a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Logo viu a “cara” do partido com a cultura machista, valores morais e culturais da sociedade. O desfecho que dá ao artigo gira em torno das conquistas, no que concerne a políticas específicas das mulheres, que o mandato tornou possível. E ainda algumas questões são postas para o PT, no sentido de refletir sobre os rumos que o partido tem tomado atualmente, não conseguindo incorporar valores novos importantes na luta contra o neoliberalismo. E propõe uma maior participação das mulheres no partido e nos movimentos afim de construir um projeto contra a dominação capitalista mas também contra a dominação do homem sobre a mulher.

Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores pode ser lido como uma avaliação do Movimento de Mulheres, no sentido amplo. Suas conquistas e derrotas nos ensinam a melhor lidar com o hoje. Nessa avaliação, o PT esteve, está muito presente. É inquestionável sua grande contribuição na luta contra a subordinação da mulher. Todavia, os artigos reunidos no livro evidenciam os obstáculos no próprio partido. Talvez seja esse um dos grandes desafios para o PT nos próximos anos: garantir que de fato a igualdade possa se concretizar dentro da diversidade, como aponta a leitura deste livro.

D. Hélder Câmara: entre o poder e a profecia
de Walter Praxedes e Nelson Piletti

Com o poder e a profecia: a biografia de D. Hélder

Antônio Ozaí da Silva**

Escrito em parceria por Walter Praxedes, professor de Sociologia da Universidade Estadual de Maringá, e Nelson Piletti, professor de História da Educação da USP, este livro já é considerado como uma obra de referência para todos os interessados em conhecer e estudar a história do Brasil, particularmente as relações entre a Igreja Católica e Estado, desde a ditadura de Getúlio Vargas.

Já nas primeiras páginas, os autores, que tiveram acesso aos documentos secretos da embaixada brasileira em Oslo (Noruega), revelam, de forma inédita, as articulações que o governo do ditador Emílio Médici (1969-74) moveu contra a eleição do então arcebispo d. Hélder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz. De um lado, a diplomacia brasileira moveu uma campanha difamatória com notícias “plantadas” na imprensa norueguesa contra d.

Hélder. De outro, atuou diretamente junto aos membros do Comitê Nobel, na tentativa de influenciar e mudar os votos.

Os executores desse plano arditoso contaram com a importante contribuição do empresário norueguês Tore Munch, dono de duas fábricas de guindastes em São Paulo, e de jornais na Noruega. No Brasil, Munch mantinha estreitas relações com o jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor proprietário de *O Estado de S. Paulo*, que o ajudou a conseguir um dossiê sobre d. Hélder, e municiou a atuação de um jornalista a soldo do Sr. Munch contra o arcebispo.

A estratégia dos representantes do governo brasileiro funcionou: em 1970, o Prêmio Nobel foi concedido a um professor norte-americano, especialista em fisiologia das plantas; no ano seguinte, o premiado foi o alemão Willy Brandt (vitorioso por 3 votos a 2).

Esse episódio, contado em detalhes pelos autores, é apenas a introdução. Nas mais de quatrocentas páginas, eles relatam o trajeto percorrido por d. Hélder até o presente. Nesse percurso, a biografia e a história do Brasil se confundem. Na primeira parte, os "Anos verdes" (1909-1935), observamos no cotidiano das famílias cearenses os laços políticos característicos do coronelismo, o poder e a disputa entre as oligarquias, contraposto à dura realidade do povo diante da seca e da miséria.

São os anos de infância e juventude, da descoberta da vocação sacerdotal e da militância política integralista. Então, o jovem padre defendia a instituição de um Estado forte, centralizado e autoritário, capaz de fomentar a colaboração entre as classes e combater o comunismo, a exemplo do fascismo de Mussolini.

Na segunda parte, os "Anos dourados" (1936-1964), os autores expõem como a atuação religiosa e política do padre Hélder evoluiu em direção à defesa da causa dos pobres: o desencantamento diante do integralismo deu lugar à ideologia do *Humanismo integral*, influenciado pelo livro homônimo do intelectual católico francês Jacques Maritain. Agora, o catolicismo de feição integralista e anticomunista procura se reconciliar com a democracia, condenando todas as formas de totalitarismo, de direita ou de esquerda.

A Igreja Católica, embora com a resistência dos tradicionalistas, assumia uma nova postura: de propugnar por uma ordem social justa. A consequência imediata era a aceitação da necessidade de estabelecer uma nova forma de atuação dos cristãos, ampliando sua influência sobre as diferentes esferas da vida dos leigos. Tratava-se de reconquistar o apoio que a Igreja vinha perdendo e impedir o avanço do comunismo.

Esse foi o esteio ideológico que contribuiu para a ação político-religiosa do padre Hélder, principal agente da reorganização da Ação Católica Operária (ACO) e do reconhecimento oficial dos movimentos especializados, os "meios" específicos para a ação dos leigos (a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Operária Católica etc.). A partir de então, o padre Hélder centraliza todas as energias na organização do episcopado brasileiro: a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), fundada em outubro de 1952.

Todo esse processo é descrito minuciosamente pelos autores. Podemos acompanhar os bastidores, as disputas intestinais na Igreja, a capacidade de articulação e o talento do Monsenhor Hélder. A ação de d. Hélder, permeada pelo clima político e ideológico dos “Anos dourados”, é analisada com objetividade e mestria.

Se na primeira parte, o texto flui vagarosamente devido às minúcias sobre a vida pessoal e familiar do biografado, bem ao gosto dos que apegam-se estritamente ao estudo do cotidiano, agora, a leitura decorre ao sabor do desenrolar dos acontecimentos históricos. Ao leitor é dado o raro prazer, próprio dos bons livros, de envolver-se e interagir com o texto. A individualidade do personagem principal é alçada à grandeza dos desafios sociais, políticos e econômicos desse rico período da história brasileira.

A última parte, os “Anos vermelhos” (de 1964 aos nossos dias), mantém o vigor da anterior. Devoramos atentamente as páginas que relatam esse trágico período da nossa história. Foram anos difíceis. D. Hélder, cuja relação com o poder político sempre pautou-se por uma atitude colaboracionista, passa a ser perseguido, até tornar-se *persona non grata* para os militares.

Até 1964, o “bispo vermelho” não teve dificuldades em transitar pelos corredores do poder econômico e político. Em 1952, por exemplo, logo após a fundação da CNBB e já como bispo, d. Hélder promoveu um verdadeiro pacto de colaboração com o governo getulista, cujo objetivo era a promoção do desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país. A Igreja entraria com sua estrutura, sacerdotes e leigos e o governo pagariam a conta. Os projetos de d. Hélder, fundados numa doutrina social que procurava melhorar as condições de vida da população pobre, promovendo reformas pacíficas da sociedade, sempre tiveram o apoio dos sucessivos governos de Getúlio a Goulart. Essa mesma desenvoltura na convivência com os governantes do pré-64 também ocorreu na relação com o poder econômico. Quando solicitados, os banqueiros, empresários e mesmo as senhoras burguesas do Rio de Janeiro, deram o seu apoio às obras sociais.

Em princípio esse bom convívio não foi prejudicado pelo golpe militar. D. Hélder continuou se relacionando com o poder econômico e não teve dificuldades diante dos primeiros presidentes militares. Ele manteve os mesmos objetivos pastorais e sociais e sua atitude era pragmática: se o governo militar oferecia recursos para seus projetos, tudo bem. Se não, ele continuava a trabalhar por seus ideais, com as próprias forças. Havia mesmo a esperança de que o regime militar realmente colocasse em prática as reformas que a sociedade brasileira necessitava, como por exemplo a reforma agrária.

D. Hélder adotou uma postura independente, acima das disputas entre esquerda e direita. De um lado, isto representava um apoio tácito à dita “revolução”. Por outro lado, expressava o desejo de não ser obstado pela esquerda pernambucana em sua ação pastoral, cujas diretrizes emanavam das encíclicas sociais de João XXIII e do Concílio Vaticano II.

Enquanto a hierarquia católica adotava uma postura anticomunista que resultava na apologia do golpe, dezenas de leigos e membros do clero

estavam encarcerados. Esse foi precisamente o ponto de estrangulamento no relacionamento Igreja e Estado. A ação de d. Hélder em defesa dos presos políticos, inclusive visitando vários deles nas cadeias, tornou-se inaceitável para os militares (aliás, um dos mais belos trechos desse livro é o que relata o encontro do católico Hélder com o legendário comunista Gregório Bezerra). Isso, aliado à intransigência e ausência de visão política do IV Exército em Recife, levou à ruptura. D. Hélder passou a ser difamado, ameaçado e censurado (foi banido dos órgãos de imprensa, proibidos de fazer qualquer referência ao mesmo).

Não podendo atingí-lo diretamente, um esquadrão paramilitar assassinou, em 1969, um dos seus principais colaboradores, o padre Antônio Henrique. Seus amigos e pessoas próximas estavam sob constante risco de vida. D. Hélder passou a denunciar publicamente os abusos contra os direitos humanos. Em suas conferências no exterior relatou a situação política brasileira, descreveu casos de tortura. Foi essa ação que o tornou um forte candidato ao Prêmio Nobel da Paz.

Nesses “anos de sangue”, d. Hélder também foi perseguido no interior da própria Igreja. A correlação de forças na burocracia eclesiástica tornara-se desfavorável à sua atuação. Ele passou a ser censurado pelo poder hierárquico católico: o Vaticano exigiu que diminuísse o número das viagens internacionais, que moderasse o seu discurso público (o qual deveria passar pelo crivo das autoridades hierarquicamente superiores). No Brasil, a situação não era melhor. Atacado por seus próprios pares, acusado de “esquerdizante”, simpatizante do comunismo, d. Hélder enfrentou um verdadeiro IPM (Inquérito Policial Militar) interno.

O “arcebispo vermelho” defendeu-se de forma hábil. Mas manteve a postura de obediência e submissão diante das autoridades eclesiásticas. Obedecer as ordens superiores não levou d. Hélder a abandonar seus projetos, seus ideais, seu programa de atuação social. A capacidade de combinar essa difícil dualidade constitui um traço característico de sua forma de agir desde os tempos de padre.

O livro de Praxedes e Piletti permite-nos adentrar nos meandros dessas instituições e seus complexos mecanismos de poder político. Possibilita-nos compreender a exata dimensão e dinâmica de relacionamentos e acontecimentos que fogem ao nosso domínio. Fruto de uma pesquisa minuciosa, com numerosas entrevistas e a análise objetiva de documentos inéditos, esta obra não apenas fornece informações precisas até então inéditas, mas é um retrato vivo das vicissitudes de um personagem mundialmente reconhecido por seu valor humanitário.

A principal virtude dessa obra é precisamente situar o biografado no contexto político-ideológico, sem perder a noção do humano. Não é, portanto, um livro apologético. É uma biografia digna do nome do seu personagem principal e comparável àquelas feitas por grandes biógrafos. Vale a pena ler.